

# Dossiê

## Emoções, Política e Trabalho – estudos em antropologia das emoções

### Introdução ou Como Fazer Coisas com Emoções<sup>1</sup>

Maria Claudia Coelho\*

Susana Durão\*\*

Os campos da sociologia e da antropologia das emoções vêm conhecendo, desde os anos 1970 e 1980, respectivamente, um forte desenvolvimento na cena norte-americana. Diversos são os modelos teóricos propostos para a análise das emoções, tais como, na antropologia, o relativismo representado, entre outros, pelos primeiros trabalhos de Michelle Rosaldo (1984), Lila Abu-Lughod (1986) e Catherine Lutz (1988), baseados na noção de uma “construção cultural das emoções” ou, poucos anos depois, o contextualismo proposto por Lutz e Abu-Lughod (1990), cuja âncora teórica seria o conceito de “micropolítica das emoções”, engendrado a partir da noção foucaultiana

---

\* Maria Claudia Coelho é professora associada do Departamento de Ciências Sociais da UERJ. Doutorou-se em Sociologia pelo IUPERJ e é mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ. É autora de *A Experiência da Fama – individualismo e comunicação de massa* (Ed. da FGV, 1999) e de *O Valor das Intenções – dívida, emoção e identidade* (Ed. da FGV, 2006), co-autora de *Antropologia das Emoções* (Ed. da FGV, 2010) e co-organizadora da coletânea *Cultura e Sentimentos – ensaios em antropologia das emoções* (Ed. Contra Capa/FAPERJ, 2011). Seu trabalho mais recente é a organização do volume *Estudos sobre Interação – textos escolhidos* (EdUERJ, 2013). Email: mccoelho@bighost.com.br.

\*\* Susana Durão é doutora em Antropologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa), professora associada do Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, São Paulo) e pesquisadora colaboradora do PAGU: Núcleo de Estudos de Gênero e do CEMI: Centro de Estudos em Migrações Internacionais. É pesquisadora convidada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É autora do livro *Patrulha e Proximidade. Uma Etnografia da Polícia em Lisboa* (Ed. Almedina, 2008) e organizou a obra *Polícia, Segurança e Ordem Pública. Perspectivas portuguesas e brasileiras* (Imprensa de Ciências Sociais, 2012). Email: ssbdurao@gmail.com.

<sup>1</sup> Esse dossiê foi originalmente concebido como uma coletânea, contemplada em janeiro de 2015 com o auxílio-editoração da FAPERJ (APQ 3).

de discurso.<sup>2</sup> Na sociologia das emoções, há uma profusão de propostas teóricas, tais como o trabalho de Arlie Hochschild (1979) baseado nas noções de “trabalho emocional” e “regras de sentimento”, o modelo “estrutural” de Theodore Kemper (1990) voltado para o exame das relações entre o poder e o *status* e a emergência de sentimentos específicos, ou o “sistema de deferência-emoção” proposto por Thomas Scheff (1990) para dar conta da dimensão emocional da conformidade às regras sociais, em que a vergonha desempenharia papel central.<sup>3</sup>

No Brasil, o campo dos estudos socioantropológicos das emoções é de constituição mais recente, tendo como polos principais o Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (GREM), fundado por Mauro Koury junto à Universidade Federal da Paraíba, em 1994, e a linha de pesquisa “Transformações da Intimidade”, criada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais por Maria Claudia Coelho e Claudia Barcellos Rezende, em 1998. Os pesquisadores desses núcleos iniciaram, a partir do início dos anos 2000, um trabalho regular de organização de atividades junto às reuniões das principais associações científicas, tais como Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), entre outras.

Este Dossiê é fruto de um conjunto de iniciativas dessa natureza, empreendidas em parceria pelas organizadoras e composto por cinco Grupos de Trabalho na área de antropologia das emoções. As atividades foram organizadas na ABA, em 2010 e 2012; na EASA (Associação Europeia de Antropologia Social), também em 2010 e 2012; e na SIEF (International Society for Ethnology and Folklore), em 2011.

As propostas dos referidos Grupos podem ser entendidas como acompanhando as tendências mais recentes da área. Assim é que o primeiro grupo organizado na ABA intitulou-se “Antropologia das Emoções”, com

---

<sup>2</sup> Para um mapeamento do campo da antropologia das emoções, ver Coelho e Rezende (2011); para uma introdução ao tema, ver Rezende e Coelho (2010). Para uma discussão sobre o percurso da antropologia das emoções na cena norte-americana, ver a entrevista (e sua apresentação) concedida por Catherine Lutz a Maria Claudia Coelho e Susana Durão, publicada na revista *Mana* (LUTZ, 2012).

<sup>3</sup> Para um mapeamento das diversas vertentes da sociologia das emoções, ver Turner e Stets (2005).

uma proposta que abarcava objetos de pesquisa que incluíam a saúde/doença e o gênero; experiências de lazer e consumo; o mundo do trabalho e das instituições; e a violência e ação política. O desenho desse GT tinha assim, no cerne de sua “identidade” intelectual, uma preocupação mais geral de exploração dos contornos do campo, dos limites e possibilidade de se pensar a emoção como um objeto de estudo socioantropológico.

Dois anos depois, a atividade proposta à ABA apresentava contornos bastante distintos, trazendo para a linha de frente um conjunto mais específico de temáticas: aquelas entendidas como ligadas à “esfera pública”. Com essa preocupação (expressa já na alteração do título do GT, que em 2012 chamou-se “Emoções, Política e Trabalho”), a chamada do GT privilegiava os seguintes temas: movimentos sociais; violência urbana; organizações e trabalho; e lazer/consumo.<sup>4</sup>

As atividades organizadas no âmbito das associações europeias de antropologia refletiram, como era de se esperar, as diferenças no “estado da arte” do campo nessas diversas cenas institucionais. Assim foi que, em nossa primeira iniciativa na SIEF, o painel proposto já recortava, entre as temáticas possíveis da antropologia das emoções, aquelas ligadas à esfera pública, ou seja, aos movimentos sociais, à violência e ao universo do trabalho. Na EASA, em 2010, o *workshop* foi voltado para a dimensão emocional das experiências de violência e vitimização, enquanto que em 2012 privilegiamos o tema da relação entre emoções e temporalidade, com uma chamada voltada para as “etnografias da esperança”.

O breve percurso aqui narrado teve, como mola propulsora fundamental, a percepção de que, como apontou Craig Calhoun (2001) em texto incluído em coletânea voltada para a discussão do lugar das emoções nos movimentos sociais (GOODWIN; JASPERS; POLLETTA, 2001), as ciências sociais precisariam “transcender” as representações nativas ocidentais das emoções, pelas quais estariam sendo “contaminadas”, em particular sob dois aspectos. O primeiro seria a atribuição às emoções de uma natureza disruptiva, o que obscureceria sua importância para a estabilidade das instituições; o segundo seria a alocação das emoções no interior dos indivíduos, o que dificultaria a percepção do trabalho das relações

---

<sup>4</sup> Esse mesmo desenho foi mantido na Reunião Brasileira de Antropologia de 2014, em que o Grupo teve o mesmo título e propostas temáticas semelhantes.

emocionais nas organizações e outros “campos de relacionamento” (os movimentos sociais).

Em outro lugar (COELHO, 2010a), discutimos a forma como essas questões aparecem na trajetória da antropologia das emoções no campo brasileiro. Assinalamos então a predominância das questões ligadas ao gênero e à saúde/doença nos primeiros trabalhos de autores brasileiros, tais como as reflexões de Rezende sobre a amizade (2002) e sobre a gravidez (2009) ou os trabalhos de Menezes (2006) sobre a gestão das emoções no ambiente hospitalar.<sup>5</sup>

Este Dossiê reúne um conjunto de textos apresentados nos Grupos de Trabalho discutidos, acrescidos de algumas colaborações de pesquisadores com quem estabelecemos interlocuções sob outros formatos da vida acadêmica. Tem por objetivo fundamental apresentar a fecundidade, para o campo da antropologia das emoções, da atenção para com temas que vimos até então entendendo como da “esfera pública” – os movimentos sociais, o policiamento e o trabalho/as organizações.

Trata-se, evidentemente, de um recorte, orientado essencialmente pelos temas que surgiram como resposta às chamadas dos Grupos de Trabalho. Essa resposta, contudo, evidencia nada haver de “idiossincrático” no desenvolvimento do campo na cena brasileira, com diversas temáticas “ecoando” os objetos de pesquisa que, em outras cenas acadêmicas, na Europa e nos Estados Unidos, nos permitem fazer essa distinção entre a gama de objetos ligada à vida íntima/privada e o rol de temáticas da vida pública.

É assim, então, que podemos mencionar o Dossiê organizado por Jack Barbalet, o qual traz trabalhos voltados para a percepção da relevância das emoções em diversos ambientes da vida profissional, tais como as grandes corporações (FLAM, 2002), a economia (PIXLEY, 2002), a ciência (BARBALET, 2002) e a academia (BLOCH, 2002). Nessa mesma rubrica, podemos citar o trabalho de Graham (2002) sobre o lugar das emoções na burocracia sueca. Todos esses trabalhos desafiam o senso comum que

---

<sup>5</sup> Essa predominância não exclui naturalmente a presença, entre os autores pioneiros da área nas ciências sociais brasileiras, de atenção para a dimensão emocional de fenômenos de natureza pública, como por exemplo, o estudo de Koury (2008) sobre as formas do medo e a sociabilidade na cidade de João Pessoa.

representa esses universos como refratários à força das emoções, sugerindo a importância de se repensar tanto as teorias clássicas a seu respeito quanto sua fecundidade como objetos de pesquisa, em esforço intelectual afinado com os alertas de Calhoun expostos.

Adentrando o terreno da ação política, podemos encontrar trabalhos que articulam as emoções ao militarismo, como a etnografia de Eyal Ben-Ari (1998), que discute as gramáticas emocionais presentes no treinamento militar de uma unidade israelense; o trabalho de Catherine Lutz e Matthew Gutmann (2010) sobre os veteranos da guerra no Iraque e seu questionamento do diagnóstico da “síndrome do estresse pós-traumático”; ou estudos sobre as metáforas emocionais utilizadas no treinamento militar (KATZ, 1990) e sobre as estratégias desenvolvidas pelas mães de soldados soviéticos mortos em guerras estatais (Afeganistão, Chechênia) para prantear seus filhos (OUSHAKINE, 2006). Guardando uma relação algo próxima com essa temática do militarismo, podemos lembrar também a coletânea organizada por M. Svasek (2006), que reúne artigos sobre as emoções suscitadas pelas transformações geradas pelo fim do regime comunista nos países do Leste europeu.

Os movimentos sociais são outro tema que vem merecendo a atenção dos sociólogos e antropólogos interessados no estudo das emoções. Exemplar desse esforço é a coletânea, já mencionada, organizada por J. Goodwin, J. Jaspers e F. Polletta, orientada pela preocupação com uma questão central: as formas de articulação entre as dimensões cognitiva e emocional nas interpretações das motivações para o engajamento em movimentos sociais. Essas preocupações integram o conjunto de questões discutidas por Durão e Coelho (2012) em estudo sobre o Grupo Cultural AfroReggae, em que as autoras examinam as produções discursivas sobre o grupo, sugerindo a existência de uma “fábula” que coloca a esperança como “mola emocional” de suas ações. Outro exemplo de uma conjugação fecunda entre a análise antropológica das emoções e a ação política é o estudo de Jimeno (2010) sobre vitimização e construção de comunidades emocionais em movimentos sociais na Colômbia.

A violência urbana é outro tema que vem também merecendo a atenção dos estudiosos. Exemplos seriam os trabalhos de Coelho (2010b, 2012) sobre as gramáticas emocionais ligadas às experiências de vitimização em assaltos a residências no Rio de Janeiro, em que a autora discute a emergência de sentimentos, tais como o desprezo e a compaixão, como forma de “restauração” de uma ordem hierárquica que a condição de vítima teria

vindo romper, bem como a articulação entre gênero e controle emocional na vitimização; e o estudo de Jimeno (2004) sobre os crimes passionais na Colômbia e no Brasil, em que a autora discute a imbricação entre gênero e (des)controle emocional nos discursos sobre as motivações para esse tipo de crime.

Finalmente, o policiamento é um problema da “esfera pública” que vem também merecendo a atenção dos antropólogos interessados no estudo das emoções. Aqui, podemos citar o artigo de Durão (2013) sobre o sentimento de impotência que perpassa o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica por policiais em Lisboa; a análise de Coelho, Sento-Sé, Silva e Zilli (2013) sobre a articulação entre riso e polidez na forma de exercício da autoridade policial no contexto da *blitz* da Operação Lei Seca no Rio de Janeiro; e, com uma temática “vizinha”, o texto de Sirimarco (2005) sobre o papel do corpo na formação do “sujeito policial” em escolas policiais argentinas.

Foi tendo em mente essa trajetória do campo da antropologia das emoções e seu momento atual, com a emergência de um expressivo conjunto de objetos de pesquisa provenientes do “mundo público”, que concebemos o presente Dossiê. Reunimos aqui dez textos divididos em três seções - “Emoções e Movimentos Sociais”; “Emoções e Policiamento”; “Emoções, Trabalho e Instituições” -, cujas ideias centrais passamos a expor.

\* \* \*

A primeira seção é composta por três textos que abordam dimensões emocionais da participação em movimentos sociais. Essa seção abre com um texto voltado para o exame das emoções que presidem as ações humanitárias; os dois trabalhos seguintes analisam movimentos da área dos chamados “direitos sexuais”.

O primeiro texto, de autoria de Jaqueline Ferreira, apresenta uma análise dos movimentos humanitários representados por organizações como “Médicos sem Fronteiras” e “Médicos do Mundo”. Seu foco está nas representações midiáticas dessas iniciativas, em particular na díade “boas vítimas” e “médicos heróis”. A questão central do texto é o problema da atitude emocional diante do sofrimento alheio, em seu entrelaçamento com a questão da visão do Outro. O sentimento-chave da gramática emocional que preside o humanitarismo seria a compaixão, que Ferreira trata a partir da oposição entre piedade e compaixão, proposta por Hannah Arendt e reapropriada por Luc Boltanski. Duas são as questões centrais abordadas

na análise da midiaticização do sofrimento. A primeira é a tensão entre a espetacularização do sofrimento visando provocar identificação e, com isso, engajamento e ação, e a possibilidade de um “contra-efeito”, ou seja, o esgotamento do público diante de uma hiperexposição à dor alheia. A segunda questão é a concepção de vítima presente nesses discursos: quais seriam os contornos da “vítima humanitária”? Ferreira estabelece aí um diálogo com teses recentes sobre a vitimização, sugerindo ser a concepção de “vítima humanitária” pautada pela linguagem dos direitos humanos: tratar-se-ia de um sujeito cuja marca essencial seria o desamparo, incapaz de cuidar de si (sem quaisquer outros marcadores específicos tais como etnicidade, gênero ou idade) e por isso capaz de suscitar a compaixão.

Em seguida, Carlos Guilherme Octaviano do Valle discute o papel das emoções em ONGs cuja área de atuação está ligada ao HIV/Aids, tomando como caso principal o Grupo Pela Vidua. Apoiando-se em uma linha de reflexão que enfoca a articulação entre ideias e emoções nos movimentos sociais, o autor examina as emoções vinculadas ao ativismo nessa área sob dois ângulos. O primeiro deles diz respeito às emoções associadas à investigação/descoberta da soropositividade e o trabalho emocional realizado para “formar” um ativista a partir da descoberta da soropositividade, enquanto o segundo aborda o papel das emoções nos diversos tipos de manifestações públicas como estratégia de obtenção de adesões e de mobilização da solidariedade pela causa defendida. No contexto analisado, as emoções gozam de um status ambivalente: são, por um lado, objeto de preocupação na medida em que associadas, em determinado período de atuação da ONG, a uma “desestruturação” do sujeito por ocasião da testagem positiva de HIV; por outro, são valorizadas pelo seu potencial político, uma vez que objetos de canalização e mobilização. Valle discute ainda, apoiando-se nas teses já clássicas de Susan Sontag sobre as metáforas associadas à AIDS, as dinâmicas emocionais associadas à testagem positiva, tais como nojo, raiva ou desprezo (para os acusadores), ou medo, culpa e vergonha (para os acusados). Um tema central é o problema da “reorganização” emocional (que o autor distingue do “controle”), entendida, no trabalho realizado pela ONG, como uma reação às dinâmicas emocionais “transtornadas” que seriam provocadas pelos discursos vigentes no senso comum, potencializados pelas narrativas midiáticas, que representavam a AIDS como uma “condenação” de forte valoração moral. Em relação ao “uso” das emoções nas manifestações públicas do grupo, o autor destaca a importância da solidariedade, associada à compaixão, ao companheirismo

e à confiança. A análise aborda ainda a relação entre memória, política e emoção, da qual é exemplar um artefato idealizado para as manifestações: as “colchas de retalhos”, compostas pelos nomes de pessoas falecidas em decorrência da AIDS.

O terceiro texto dessa seção, de autoria de Bruno Zilli, aborda o ativismo no campo dos direitos LGBT por um outro ângulo, tomando como objeto as trajetórias de personagens centrais na constituição do campo dos direitos sexuais das minorias no Brasil. O autor analisa um conjunto de relatos integrantes de um banco de entrevistas organizado no âmbito do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (IMS/UERJ). Sua inspiração teórica é também o problema da articulação cognição-emoção, a partir da discussão empreendida pelos autores da coletânea citada *Passionate Politics*. O ponto de partida da análise do autor é a constatação da recorrência, nos relatos analisados, de um sentimento de inquietude diante de problemas sociais e formas de sofrimento que ganhará clareza a partir do encontro com formulações teóricas que lhes darão inteligibilidade, em um processo que Zilli aproxima da cura xamânica discutida por Lévi-Strauss. O ponto central é que essas teorias – “teorias que libertam”, como o autor as chama – oferecem uma possibilidade de *nomeação* para aquele sentimento difuso de inquietação. Essa nomeação, contudo, não basta para mobilizar para o engajamento: o segundo passo é a vivência de um “choque moral”, o contato com uma experiência que provoca ultraje e compaixão, injetando assim, segundo Zilli, “afeto na ideia”. Trata-se, assim, de um texto que procura identificar, em uma forma específica de ativismo – a militância acadêmica na área dos direitos sexuais –, uma gramática emocional que mobilizaria o engajamento na luta pelo reconhecimento desses direitos e que teria como sentimentos fundamentais a inquietude e a compaixão.

Chama a atenção, nesse conjunto de textos que integram a primeira seção, a recorrência da temática da compaixão, em que pesem os tratamentos teóricos distintos. A importância desse sentimento na análise dos movimentos sociais pode ser entendida pela sua natureza de “sentimento moral”, nos termos mesmo de Adam Smith, ou seja, trata-se de uma forma específica de atitude emocional diante da dor alheia. Os três textos teriam assim um eixo central, que seria a discussão das gramáticas emocionais capazes de suscitar o envolvimento em “causas”, ou seja, capazes de trazer para a cena pública dores e sofrimentos identificados pela linguagem dos direitos humanos em “roupagens” distintas – o “desamparo” dos movimentos humanitários, a “exclusão” e “discriminação” dos movimentos pelos direitos sexuais.

Os textos mostram também percursos diferentes que os militantes (em um sentido amplo que recobre desde o ativismo *per se*, no sentido do pertencimento formal a um movimento, até outras formas de apoio, como a contribuição financeira à distância típica dos movimentos humanitários ou os antigos “simpatizantes” dos movimentos LGBT) podem trilhar, que variam aqui entre os efeitos da espetacularização midiática, o “trabalho emocional” realizado por uma ONG como parte da “formação para o ativismo” a partir do sofrimento pessoal, ou a experiência do “choque moral” como forma de associação estreita entre afetos e ideias.

\* \* \*

A segunda seção é composta também por três textos, que tomam por objeto as emoções associadas ao trabalho policial. O primeiro trabalho discute as emoções presentes em um “relato institucional” da Polícia Federal argentina; os dois artigos seguintes abordam aspectos emocionais em duas áreas distintas de atuação da Polícia Federal brasileira.

O primeiro texto é de autoria de Mariana Sirimarco e tem como objeto a diversidade de relatos em torno da história de um cão policial de nome “Chonino”. Chonino é uma espécie de “herói institucional” da polícia argentina: seus restos se encontram no Museu da Polícia Federal; há uma rua batizada em sua homenagem em um quartel policial; e o dia de sua morte foi instituído na Argentina como o “dia do cachorro”. A própria natureza da construção do objeto torna difícil relatar aqui sua história, mas, arriscando falar em uma “empíria mínima”, trata-se da história de um cão policial que, durante uma patrulha em que acompanhava dois agentes, morre em decorrência de um confronto a tiros entre os policiais e dois “suspeitos”. Mais não é possível contar aqui sem ferir o tratamento teórico dado pela autora, que recorre à comparação entre três formas de narrar: uma crônica a respeito do ocorrido escrita por um delegado aposentado; a ata que registra os acontecimentos que levaram à morte de Chonino e de um dos agentes a quem acompanhava; e a placa que está ao lado de seus ossos no Museu. A comparação realizada pela autora evidencia a existência de fortes discrepâncias entre o texto que sustenta a construção de uma verdade jurídica – a ata – e o texto literário que visa imortalizar e emocionar – a crônica. É assim que diversos elementos são omitidos, acrescentados, adjetivados ou associados, produzindo a imagem de um cão leal, valente e heroico, que se sacrifica para proteger os companheiros, e cujas ações permitem que a Lei prevaleça. Trata-se, assim, de uma

análise sobre a transformação de acontecimentos corriqueiros em um relato institucional, em que, ao narrar as ações de Chonino como heroicas e motivadas por sentimentos caros à corporação policial – a lealdade, a valentia, a solidariedade aos companheiros – a instituição narra a si mesma, construindo sua imagem por meio desse relato.

Em seguida, Silvia Nogueira aborda o universo da Polícia Federal brasileira. Seu campo é a Delegacia de Polícia de Imigração da Paraíba (Delemig/PB), com ênfase nas interações entre os policiais federais e os estudantes imigrantes. O estudo parte de questões da área de Relações Internacionais – as particularidades do deslocamento do eixo das cooperações internacionais, na política externa brasileira, da diáde “Norte-Sul” para a diáde “Sul-Sul” – para refletir sobre os princípios que orientam o tipo de atendimento prestado pelos policiais aos estudantes imigrantes. O pano de fundo da discussão proposta é a representação recorrente dos universos burocráticos como “impessoais” e “formais”, com o qual a autora contrasta os resultados de sua pesquisa. Embora, entre os policiais federais, haja aqueles que defendem a distância e a impessoalidade como recursos adequados ao bom desempenho profissional, Nogueira evidencia a presença de elementos alheios a essa lógica, em particular a solidariedade, no atendimento prestado por vários policiais, solidariedade essa expressa no auxílio, ocasionalmente sob a forma de apoio financeiro, para renovação de vistos e outras providências necessárias ao atendimento de exigências legais para permanência no país. A essa valorização da solidariedade vem se somar um apreço pelo ideal da “hospitalidade”, orientado pela importância atribuída à “empatia”, ou seja, à capacidade de compreender a experiência do “outro”, ocasionalmente inspirada pelo ideário dos direitos humanos.

O último texto dessa seção, de autoria de Laura Lowenkron, examina também o universo da Polícia Federal em uma outra modalidade de sua atuação profissional: a investigação de crimes de pedofilia via internet. Com base em etnografia realizada no Núcleo de Prevenção e Repressão a crimes via internet (NUNET), a autora examina o processo de constituição das denúncias, com ênfase no papel central das imagens como “materialidade do crime”. O foco da análise está na articulação entre trabalho moral e gramáticas emocionais no processo de investigação e constituição dos autos, uma vez que os policiais que se dedicam a esse tipo de investigação sentem-se confrontados com uma ameaça de “poluição”, qual seja, como distinguir seu “olhar investigativo” do “olhar do pedófilo” diante de imagens supostamente as mesmas. Lowenkron discute, então, a importância do

“suporte” da visualização para mostrar que uma imagem que, ao circular em sites na internet, pode ser caracterizada como “pornografia infantil”, ao integrar os autos resultantes de uma investigação policial, pode ser transformada em “materialidade de crime”. Para produzir essa alteração, contudo, é preciso olhar e lidar com o desconforto que as imagens provocam – como se houvesse aqui uma inversão e não fossem mais as imagens que fossem expostas ao olhar do espectador pedófilo, mas sim o espectador investigador que fosse exposto ao perigo poluidor das imagens. Entre as formas desse desconforto, a análise da autora destaca duas: a repulsa e o medo de se deixar “contaminar” pela intenção pornográfica atribuída às imagens. Diante disso, o percurso trilhado pelos policiais é o aprendizado de um distanciamento, de uma frieza que lhes permite expor-se àquelas imagens afastando o risco de poluição que elas representam. A autora inclui ainda, em sua análise, uma reflexão inspirada na noção de “ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada, sobre o modo como incorporou em seu trabalho de campo aprendizado semelhante para lidar com a exposição às imagens, trazendo assim para a cena um terceiro olhar – o olhar do antropólogo.

O tema da tensão entre envolvimento e distanciamento emocional atravessa, assim, essa segunda parte do livro. Está presente, sob duas formas distintas, nos estudos sobre policiamento. Na história de Chonino, surge do contraste entre a narrativa “jurídica” e a narrativa romanceada de sua morte. Nos dois casos etnográficos sobre a atuação da Polícia Federal brasileira, essa tensão pode ser reconhecida, no caso do atendimento a imigrantes, nas representações “nativas” que ora preconizam a impessoalidade como condição para o bom desempenho profissional ora valorizam a solidariedade na relação com seu “público”; ou, no caso das investigações de pedofilia, na ambivalência da relação com o *olhar*, que, para ser legítimo, deve obedecer a gramáticas distintas, rejeitando o fascínio, a atração e deixando-se orientar pela frieza, que afasta o risco da contaminação moral.

\* \* \*

A atividade do policiamento, se, por um lado, pode ser pensada em toda a sua complexidade política e em associação com o tema das políticas públicas de segurança, por outro é uma atividade profissional. Foi essa a razão por que decidimos colocá-la, na estrutura deste Dossiê, como uma “passagem” entre os temas dos movimentos sociais e do trabalho/ organizações, em torno do qual se estrutura a terceira e última parte desse livro, composta por quatro artigos.

Nossa entrada na dimensão emocional dos universos institucionais e profissionais se dá através do estudo de Ana Spivak L'Hoste sobre a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) da Argentina. A autora revisita duas entrevistas em profundidade realizadas com funcionários da CNEA com foco em suas trajetórias profissionais. O ponto-chave da análise é identificar as categorias da emoção que perpassam seus depoimentos, com atenção para os momentos ou aspectos dos relatos que deslançam o uso dessas categorias. A inspiração para esse veio analítico vem da obra de Vincent Crapanzano, com sua sugestão de que as emoções expressariam não só a relação do sujeito com os outros, mas, também, com eventos e contextos sócio-históricos. É assim que, em seus relatos, suas escolhas e trajetórias profissionais se entrelaçam com as transformações políticas por que passa a Argentina, em particular o período da ditadura militar (1976-1983) e o período imediatamente posterior. A autora, contudo, não busca recorrências ou tipicidades na dimensão emocional das narrativas: ao contrário, enfatiza a possibilidade de vivências distintas de um mesmo período histórico em uma mesma instituição. A natureza da instituição é, aliás, peça importante da análise, uma vez que os projetos aí desenvolvidos na área da energia nuclear (tanto de pesquisa básica quanto aplicados), em seu entrelaçamento com as políticas internacionais que visavam regulamentar a possibilidade de seu desenvolvimento nos países periféricos por parte dos países centrais, falam de projetos de nação e, portanto, de posturas políticas. Assim, é possível articular o nível macro das políticas internacionais ao nível micro das vivências individuais, através das concepções expressas pelos entrevistados quanto ao papel da instituição, sua vocação e objetivos, e as escolhas pessoais quanto a quais projetos desenvolver e seus sentimentos – temores, angústias, frustrações, esperanças – relativos a suas trajetórias profissionais.

O texto seguinte, de autoria de Daniel Seabra Lopes, toma como objeto o mercado financeiro. Lopes adota o método do trabalho de campo e realiza uma etnografia de uma sala de mercados (onde se realizam os investimentos no mercado financeiro) de um banco português. Em sua análise, nos apresenta o cotidiano de um corretor, descrito em minúcias durante uma situação inesperada em um contexto de crise no mercado financeiro. Dois são os pontos principais destacados por Lopes: em primeiro lugar, está a existência de uma “epistemologia”, que teria como axioma a racionalidade do mercado, a crença inabalável na existência de uma lógica cujo princípio basilar seria a “complementaridade” (“se um tipo de ativo

sobe, outro deve descer para equilibrar”), lógica essa que resiste a um sem-fim de situações em que os atores desse mercado lutam, muitas vezes sem sucesso, para interpretar as oscilações de diversos ativos financeiros. O segundo ponto é a identificação de um conjunto de sentimentos que acompanham a movimentação financeira, em um *continuum* que vai do medo (e sua versão mais acirrada, o pânico), passando pela confiança e chegando à esperança e ao otimismo (até seu extremo, a euforia). Mas a importância das emoções vai além da mera convivência com a suposta “racionalidade” do mundo das finanças (cuja identificação, por si só, já seria uma contribuição relevante para o estudo antropológico das emoções): nesse mundo, as emoções chegam mesmo a servir como qualificador dos próprios indicadores técnicos, como destaca o autor ao apontar a alcunha de “indicadores do medo” utilizada pelos corretores para se referirem a um determinado tipo de derivativos. É como já dizia Delumeau (citado pelo próprio autor): “Os movimentos da Bolsa, de que dependem tantos destinos humanos, não conhecem afinal senão uma regra: a alternância de esperanças imoderadas e de medos irrefletidos” (1989: 22). Em termos da preocupação central que nos orienta nessa compilação, o tema não poderia ser mais provocador: encontrar as emoções no cerne mesmo do palco da racionalidade econômica e examinar seu papel nas dinâmicas cotidianas dos profissionais desse mercado, realizando assim movimento semelhante àquele empreendido por Spivak L’Hoste em relação aos cientistas cujas trajetórias nos apresenta.

A perspectiva etnográfica é também a escolha feita por Beatriz Kanaan para discutir o papel desempenhado pela inveja nas relações de trabalho, tanto no nível das práticas quanto no plano discursivo, entre migrantes recém-chegados e trabalhadores de ascendência italiana na cidade de Farroupilha, no Rio Grande do Sul. A autora discute a importância atribuída, no *ethos* local, à competitividade como mola propulsora do sucesso profissional e aborda o processo gradual de adaptação dos recém-chegados a esse *ethos* que lhes parece, durante algum tempo, muito desagradável porque guardando pouco espaço para a solidariedade e a camaradagem. Para os “locais”, contudo, trata-se de uma inveja “sagrada”, considerada benéfica na medida em que impulsiona a busca pelo sucesso, legitimando assim toda sorte de “trapaças” e “deslealdades” nas relações no mundo do trabalho. A autora discute ainda um momento de intensa “dramatização” desse *ethos*: a festa anual conhecida como “Gincana”. Trata-se de uma competição entre equipes, formadas especificamente para esse fim, que desempenham uma

série de tarefas atribuídas pela organização com o único fim de conquistar o primeiro lugar, sem que isso signifique qualquer forma de premiação material. A “Gincana”, descrita por um morador como o “carnaval local”, é um momento de enorme mobilização local e forte ritualização, com direito a um “desfile” inicial das equipes participantes. Kanaan nos reconta episódios de “trapaças” cometidas pelos participantes em busca da vitória, episódios esses que lhe são relatados com grande orgulho. Reside aí, a nosso ver, a contribuição que o texto dá ao campo da antropologia das emoções: um caso etnográfico em que a inveja, “pecado capital” envolto em fortes condenações morais em tantos contextos ocidentais, é descrita como um “sentimento sagrado” e positivada devido ao papel que lhe é atribuído no êxito no mundo do trabalho.

A seção se encerra com o estudo de Geraldo Condé sobre as emoções no mundo do jornalismo. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, que examina o lugar das emoções em três tipos de produções: os estudos do jornalismo, o discurso dos jornalistas e os trabalhos que procuram associar as emoções no jornalismo às características da sensibilidade moderna. O conceito-chave mobilizado pelo autor para a construção do seu problema de pesquisa é a noção de “etnopsicologia” proposta por Lutz (1988), referente às concepções “nativas” da vida emocional. Os contornos do grupo, contudo, não são geopolíticos, como na antropologia clássica, sugerindo a aplicabilidade do conceito para se pensar em uma “etnopsicologia profissional”. A etnopsicologia do jornalismo seria, para Condé, marcada por uma ambiguidade fundamental. De um lado, estaria a desvalorização das emoções usadas para hierarquizar produtos em um *continuum* que parece ir do mais emotivo – o jornalismo que confere lugar central às emoções, tanto do ponto de vista da estruturação de seu conteúdo quanto do ponto de vista da forma como pretende conquistar seu público – ao menos emotivo – o jornalismo sério, das notícias relatadas sob o signo da “objetividade”, “imparcialidade” e “neutralidade”. Do outro lado, estaria a percepção, mais ou menos nítida, de que o jornalismo teria a capacidade de envolver o seu público, de “emocionalizar a esfera pública”, motivando-o assim para a ação, o que deveria inspirar cuidado e responsabilidade ao jornalista. A hipótese central das reflexões de Condé é que faltaria a esses estudos ligar o tema do lugar atribuído às emoções nessa etnopsicologia do jornalismo ao problema mais amplo da sensibilidade moderna, tal como discutido por autores como Luc Boltanski, Colin Campbell, Norbert Elias e John Thompson. Para ele, o ponto-chave reside na ideia de “experiência

mediada”: atentar para a natureza desse tipo de experiência permitiria simultaneamente colocar em questão a suposição de que a fruição de notícias seria uma experiência “racional” e “cognitiva” e dar a devida atenção ao papel da mídia na configuração da esfera pública em sua dimensão emocional.

A análise do lugar das emoções no universo do trabalho e das instituições parece, assim, retomar aquela temática que atravessa os estudos sobre policiamento: o problema do distanciamento emocional, entendido, em tantos ambientes, como um atributo do bom profissional. Trata-se, contudo, daquela tensão, velha conhecida dos antropólogos, entre “prescrição” e “costume”, entre o que se preconiza e que se faz. É assim que podemos reconhecê-la no ideário dos jornalistas, que se pretende “sério” ao exorcizar o fantasma das emoções, mas que, ao mesmo tempo, entende a responsabilidade profissional como envolvendo cuidado com a mobilização emocional do público que se imagina capaz de provocar; ou no cotidiano dos corretores das bolsas de valores, perpassado por drásticas oscilações emocionais decorrentes das flutuações de um mercado cuja racionalidade, ainda assim, insistem em descobrir.

\* \* \*

Haveria, assim, uma grande problemática de fundo nesse conjunto de textos? Parece-nos que sim. Se, por um lado, as emoções parecem ser vistas, nesse amplo espectro de objetos tratados, como disruptivas ou perigosas, sendo, por isso, alvo de práticas de controle ou organização, são, por outro, entendidas como poderosas, como capazes de mobilizar, envolver, chamar para a ação. Ressurge, assim, a dupla oposição, já canônica nos estudos da área, entre a “boa emoção” controlada e a “má emoção” descontrolada (porque perigosa), que encontra seu espelho invertido na “boa emoção canalizada” e na “má emoção contida” (porque mobilizadora). É esse par de oposições que, segundo Lutz (1988), organizaria a percepção ocidental da vida emocional.

Para Lutz, contudo, essa oposição controle/descontrole estaria atravessada por marcas de gênero, com o feminino/masculino trocando de posição em função da valoração alternada entre distanciamento analítico e envolvimento compassivo. Nos vários universos aqui tratados, chama a atenção a quase total ausência das marcas de gênero, sugerindo que o problema do distanciamento/envolvimento ocupa um lugar mais fundamental, como que um “princípio estruturante” dessas diversas gramáticas emocionais presentes em espaços públicos.

As emoções, assim, parecem *fazer coisas*. Agimos ao sentir, bem como ao não sentir, ou ao controlar as demonstrações do que sentimos, ou até a natureza mesma daquilo que sentimos. E esses sentires são regidos, como de há muito a antropologia das emoções advoga, não pelas flutuações do íntimo, não de maneira idiossincrática, mas por formas codificadas e perpassadas por códigos morais e convicções ético-políticas, que prescrevem, avaliam, condenam, exigem e até mesmo proscrevem reações emocionais.

*Fazemos coisas ao sentir*. É esse o sentido da paráfrase à qual recorreremos para dar título a essa introdução, evocando o tão conhecido título do livro de John Austin sobre os atos de fala: assim como fazemos coisas ao falar, estabelecendo novas realidades por meio das palavras, intervimos no mundo ao sentir, por meio daquilo que sentimos ou, em tantas outras vezes, não sentimos, bem como de quando, com quem ou por quem sentimos. É o desvendamento dessas complexas gramáticas e dinâmicas emocionais que entendemos ser a tarefa primordial de uma antropologia das emoções.

## Referências

- CALHOUN, Craig.  
(2001). Putting Emotions in Their Place. In: Jeff Goodwin; James M. Jasper; e Francesca Polletta (Orgs.); *Passionate Politics – emotions and social movements*. Chicago and London, The University of Chicago Press. p. 45-57.
- COELHO, Maria Claudia.  
(2012). Gênero, Emoções e Vitimização: percepções sobre a violência urbana no Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), v. 10, p. 10-36.
- (2010a). As Emoções e a Ordem Pública: uma investigação sobre modelos teóricos para a análise sócio-antropológica das emoções”. Trabalho apresentado na 27ª. *Reunião Brasileira de Antropologia*. Belém do Pará, Brasil.
- (2010b). Narrativas da Violência: a dimensão micro-política das emoções. *Mana* (UFRJ. Impresso), v. 16, p. 1-20.
- COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia Barcelos (Orgs.).  
(2011). *Cultura e Sentimentos – ensaios em antropologia das emoções*. Rio de Janeiro, FAPERJ / Editora Contracapa.
- COELHO, Maria Claudia Coelho; SENTO-SÉ, João Trajano, SILVA, Anderson Castro e; ZILLI, Bruno.  
(2013). Autoridade policial, riso e polidez – notas sobre interações entre polícias e cidadãos na Operação Lei Seca no Rio de Janeiro. *Análise Social*, v. 209, p. 900-920.
- DELUMEAU, Jean.  
(1989). *História do Medo no Ocidente, 1300-1800: uma Cidade Sitiada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DURÃO, Susana.  
(2013). Violências privadas como se fossem direitos públicos: perspectivas antropológicas. *Mana* [online]. 2013, vol.19, n.2, p. 277-302.
- DURÃO, Susana; COELHO, Maria Claudia.  
(2012). Moral e emoção nos movimentos culturais: estudo da “tecnologia social” do Grupo Cultural AfroReggae. *Revista de*

- Antropologia* (USP. Impresso), v. 55, p. 899-935.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca (Orgs.). (2001). *Passionate Politics – emotions and social movements*. Chicago and London, University of Chicago Press.
- GUTMANN, Matthew; LUTZ, Catherine. (2010). *Breaking Ranks – Iraq veterans speak out against the war*. California, University of California Press.
- JIMENO, Myriam. (2010). Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana*, Abr 2010, vol.16, no.1, p.99-121.
- (2004). *Crimen Pasional – contribución a una antropología de las emociones*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia.
- HOCHSCHILD, Arlie. (1979). Emotion Work, Feeling Rules, and Social Structure. *The American Journal of Sociology*, Vol. 85, No. 3 (Nov., 1979), p. 551-575.
- KEMPER, Theodore D. (1990). Social Relations and Emotions: a Structural Approach. In: T. Kemper (Org.); *Research Agendas in the Sociology of Emotions*. New York, State University of New York Press. p. 207-237.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2008). *De que João Pessoa tem medo? – uma abordagem em antropologia das emoções*. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB.
- LUTZ, Catherine. (2012). Antropologia com emoção. *Mana*, Abr 2012, vol.18, no.1, p.213-224.
- (1988). *Unnatural Emotions: everyday sentiments on a Micronesian atoll and their challenge to Western theory*. Chicago, University of Chicago Press.
- LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (Orgs.). (1990). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MENEZES, Rachel Aisengart. (2006). *Difíceis Decisões – etnografia de um Centro de Tratamento Intensivo*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- REZENDE, Claudia Barcellos. (2009). Corpo e emoção na (re)produção de vidas: uma análise da “Revista da Gestante”. Trabalho apresentado no 32º. *Encontro da ANPOCS*. Caxambu, outubro de 2008.
- (2002). *Os Significados da Amizade*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas.
- REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. (2010). *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas.
- ROSALDO, Michelle Z. (1984). Toward an Anthropology of Self and Feeling. In: RICHARD A. Shweder; Robert A. LeVine (Eds.); *Culture Theory – essays on mind, self and emotion*. Cambridge, Cambridge University Press. p. 137-157.
- SCHEFF, Thomas. (1990). Shame and Conformity: the deference-emotion system. In: *Microsociology – discourse, emotion, and social structure*. Chicago and London, University of Chicago Press, p. 71-95.
- SIRIMARCO, Mariana. (2005). Milongas: pedagogía del sufrimiento. Construcción del cuerpo legítimo en el contexto de socialización policial. *Interseções*, No. 2, Vol. 7, p. 53-67.
- SVASEK, Maruska (Org.). (2006). *Postsocialism – politics and emotions in Central and Eastern Europe*. New York, Berghahn Books.
- TURNER, Jonathan H.; STETS, Jan E. (2005). *The Sociology of Emotions*. Cambridge, Cambridge University Press.

**Recebido em**  
dezembro de 2016

**Aprovado em**  
março de 2017